



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: FABIO RIVA E MARIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 17 DE ABRIL DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da segunda audiência pública da Comissão de Administração Pública no ano de 2017. Informo que esta reunião está sendo transmitida por meio do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios Online. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, diariamente, desde o dia 12 de abril próximo passado. Esta audiência pública foi requerida por meio do Requerimento 11/2017, de autoria do Vereador Quito Formiga, aprovado em reunião ordinária do dia 15 de março próximo passado e pela Comissão de Administração Pública, e tem a finalidade de debater proposta de valorização dos servidores admitidos.

Passo a palavra ao nobre Vereador Mario Covas Neto.

- Assume a presidência o Sr. Mario Covas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Bom dia a todos. Por incumbência do Presidente da Comissão de Administração Pública, o Vereador Toninho Paiva pediu para que eu fizesse a condução desta audiência pública e ter esta tarefa me deu muito prazer e muita honra.

Anuncio a presença do Vereador Toninho Vespoli, do PSOL. O Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy está a caminho e já foi anunciado que está chegando. Enquanto isso, eu vou anunciando. Estou tentando me organizar, aqui. Eu peço um minutinho para vocês, para eu tentar acabar de me organizar e poder anunciar exatamente quem foi convidado e quem já está presente, para chamá-los à Mesa. Peço um minuto, só, de intervalo. (Pausa)

Eu vou anunciar, inicialmente, as pessoas que foram convidadas e peço que aqueles que estiverem presentes, por favor, se encaminhem aqui para compor, também, a Mesa. Então, foram convidados: o Sr. Caio Megale, digníssimo Secretário Municipal da Fazenda; Sr. Márcio Cammarosano, Consultor Jurídico da Comissão de Direito Administrativo da OAB; Sr. Ricardo Ferreira Nogueira, o Procurador-Geral do Município; Sr. Antonio Carlos Malheiros, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Sr. Paulo Antonio Spencer

Uebel, Secretário Municipal de Gestão, aqui representado pelo Sr. Marcel Moraes Felices, que é Coordenador de Relações Trabalho; representando o Sr. Caio Megale, Sr. Ahmed Sameer El Khatib, Coordenador do Orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda; também o Sr. Ricardo Ferreira Nogueira, Procurador-Geral do Município, que eu não sei se está presente ou não; Sr. Sergio Antiqueira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública; Sra. Suely Farah, representante da Comissão dos Admitidos e Servidores do Município; Sr. Cássio Vieira, Presidente da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura de São Paulo; Sr. Luiz Gustavo Cordeiro Gomes, que representa o Centro de Estudos de Direito Público, CEDP, e está presente, também.

Esta audiência pública tem por objetivo debater proposta de valorização de servidores admitidos. Normalmente, em uma audiência pública promovemos a fala das pessoas interessadas, no sentido de serem a favor ou contra. Parece-me que o sentido, aqui, não é exatamente esse. Eu diria que talvez seja mais interessante – e, depois, se vocês acharem diferente, não há problema nenhum, não há rigidez aqui, nas coisas, mas, enfim... Talvez seja melhor. Acho que é de interesse de todos, aqui, ouvir um pouco o que o Governo pretende fazer e a partir daí ter o debate.

O SR. TONINHO VESPOLI – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Pela ordem, Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Tenho total concordância com V.Exa. Só queria fazer um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Pois não.

O SR. TONINHO VESPOLI – Acho que seria importante, se o Governo falasse, que os representantes da categoria também pudessem falar, porque acho que há muita gente ainda que...

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sim, sem dúvida.

O SR. TONINHO VESPOLI – É claro que, das pessoas que estão aqui, a maioria deve ser de admitidos, imagino, mas deve ter gente que não é e nem sabe um pouco a história dos admitidos. Então, acho que seria importante eles se colocarem, também.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sim, é claro. A ideia é que as pessoas que estejam aqui, à Mesa, que são representantes, sejam do Governo, sejam da categoria, possam se expressar, independentemente das inscrições. Eu estava me referindo àqueles que não estão aqui, à Mesa. Então, já deixo desde logo abertas as inscrições. Aqueles que desejarem fazer uso da palavra podem se inscrever ali, do meu lado direito – ou do lado esquerdo de quem está olhando. Façam as inscrições, para que se fale posteriormente à fala inicial. (Pausa)

Vamos inverter, então, porque me parece que talvez seja bom os representantes do Governo ouvirem quais são as pautas de reivindicação dos servidores. Então, vamos passar primeiramente a palavra para os servidores e, depois, para o Governo. Depois, abriremos a fala para quem está na plateia. Ok? Desejo que as pessoas tenham a maior brevidade possível na sua explanação, para que se dê oportunidade de o maior número de pessoas poderem se expressar.

Então, inicialmente, eu convido o Sr. Sergio. Pode começar, por favor.

SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Obrigado. Antes de tudo, bom dia a todos e a todas. Agradeço ao Vereador Quito Formiga, por ter conseguido esta audiência, com o apoio do Vereador Toninho Vespoli, ao Vereador Toninho Paiva e ao Vereador Mario Covas Neto, que aceitou presidir esta sessão. Faço, ainda, outro agradecimento. Ainda não está presente, mas demonstrou apoio o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Também está presente aqui o Sr. João, assessor da Vereadora Juliana Cardoso.

Registro, aqui, que eu tenho interesse de deixar protocolado para o Vereador Toninho Paiva, que preside a Comissão de Administração Pública, justamente um projeto de lei. É uma minuta de projeto de lei, construída no sindicato, que é um pouquinho disto que eu

venho aqui falar.

A Sra. Suely vai ter as condições de falar melhor da história dos admitidos, mas a realidade é que, em 1988, a Constituição Federal muda a realidade do serviço público. Ela estabelece a exigência de concurso. Porém, antes, aqui em São Paulo, desde 1980, havia a Lei 9.160, que regulamentava como era a contratação no serviço público. Então, temos a situação dos servidores admitidos, contratados por seleção pública até então, porque era a necessidade, no momento de redemocratização do País, de demandas sociais, de políticas públicas. Foi o pessoal que construiu boa parte das políticas que temos presentes aqui. Foram os admitidos.

Então, é o pessoal que acumulou o conhecimento dentro da Prefeitura para, na sequência, quando o concurso público começou a ser obrigatório, a partir de 1988, receber os servidores que vinham pelo concurso público e dar formação, inclusive, para esses servidores poderem executar as políticas públicas na cidade de São Paulo. Primeiramente, são pessoas que são a história da Cidade. São a história do serviço público municipal de São Paulo.

Entretanto, infelizmente, ao longo dessas décadas, a cada vez que havia uma reestruturação de carreira e tudo mais – mais ainda dos anos 2000 para cá... As reestruturações de carreira começaram a jogar o admitido para o fundo da carreira. Fala-se da questão de carreira, que o admitido não pode ter carreira, mas as regras que cada reestruturação fez foram absolutamente sem nenhuma lógica racional, de necessidade. Diziam: “Ah, ele é ‘A’? Então, vai para o 1. O ‘E’ vai para o 5.” Qual é a regra? Qual é a racionalidade disso? Não havia nenhuma racionalidade. Havia uma intenção, uma intenção de dizer: “Nós não vamos valorizar essas pessoas.”

Isso também é fruto de, ao longo dos anos, as pessoas começarem a olhar o admitido de uma forma extremamente preconceituosa dentro da Prefeitura. As relações começaram, ao longo do tempo, a ser constituídas lá dentro: “Ele não fez concurso!” É como se ele não tivesse feito seleção pública. É como se ele não tivesse instituído dentro do serviço

público a política da sua área. Na Cultura, na Educação, na Saúde, em todas as áreas a Prefeitura tem admitidos.

Hoje, são menos de sete mil, porque muitos estão morrendo, esperando uma valorização, e a realidade é que essas reestruturações simplesmente os colocaram ganhando um terço ou metade do salário que ganha o mesmo profissional para executar a mesma função, com o mesmo tempo de carreira ou, às vezes, mais novo. Então, é disso que estamos falando. Não estamos falando de trazê-los para a carreira. Nós já superamos tudo isso.

Nós estamos nessa briga, oficialmente, no sindicato, desde 2007. Vão se completar 10 anos. Estão se completando 10 anos neste ano. Então, não tem mais sentido. Ao longo de 30, por 10 estamos nessa briga. O que fizemos até 2015? Construimos um projeto, uma minuta de projeto de lei, que pega, no quadro apresentado pelo Governo – o Sr. Marcel, depois, pode confirmar isso –, quem são os admitidos da Prefeitura de São Paulo. Achemos uma correspondência com eles, com os cargos que seriam correspondentes, hoje, atuais, para ver o salário deles e colocar, em termos de salário, uma coisa próxima do que seria uma pessoa com todo esse tempo, com toda essa bagagem, com toda essa *expertise*, na cidade de São Paulo – e valorizá-los a partir daí.

Então, nós não estamos falando de progressão, de promoção, de evolução funcional. Não estamos falando de nada disso. Nós estamos falando de criar uma tabela que valorize essas pessoas por aquilo a que elas se dedicaram – e não retroage. É para frente. Então, nós não estamos falando de fazer justiça. Estamos falando de fazer reparação. Não vão reparar para trás tudo o que eles sofreram, tudo o que eles perderam, o tanto que eles foram humilhados, até.

É uma situação de humilhação você colocar um servidor... Isso deprime. Isso adocece. Isso mata. Hoje falamos tanto de precarização do trabalho, com o processo de terceirização e com essas leis que vêm aí, mas temos na Prefeitura uma situação para ser corrigida, que na verdade, é isto: precarização no trabalho, porque, para a Prefeitura foi útil. Eu

não estou falando de Governo específico. A Prefeitura, a Municipalidade, usou e abusou de profissionais ganhando menos para fazer o mesmo serviço. É disso que nós estamos falando. Agora, na aposentadoria, merecem que isso seja reparado nesse sentido.

Então, nós não estamos falando de progressão. Muito claro isso precisa ficar, porque, no passado, toda vez que vínhamos diziam: “Ah, não, porque nós não podemos subir aqui.” Não sei qual foi a regra, qual foi o embasamento jurídico, para dizer que uma pessoa tinha de estar até o 5 na referência. Foi criada uma nova carreira e uma nova regra. Falou-se: “O que fazemos com eles? Faz assim.” É disso que estamos falando.

Então, temos um projeto. Ele está pronto. Ele especifica como é esse enquadramento. Ele cria uma relação de paridade com as carreiras correspondentes, para não ter perda. Ele permite que qualquer reajuste seja aplicado. Ele pensa na situação do admitido e como ele fica protegido, também, para frente. Então, acreditamos que este projeto acaba... O que falta decidirmos, porque conseguimos na Câmara, no ano passado...

Aliás, eu preciso fazer um registro aqui. O grupo de trabalho dos admitidos que se organiza lá, no sindicato, tem a Sra. Suely Farah representando, mas tem vários servidores – e eu gostaria que levantasse a mão quem faz parte desse grupo de trabalho. Eu quero parabenizar esse grupo, porque é por isso... É o afinco com que eles vêm lutando ao longo desse tempo que conseguiu que tenhamos uma verba – ainda que não seja suficiente – de um milhão previsto no orçamento deste ano.

Essa verba é insuficiente para fazer a reparação que precisa ser feita. Nós temos um cálculo, uma estimativa do Governo passado. Foi o Sr. Marcel que apresentou uma estimativa de 112 milhões. Então, esse milhão não é nada, mas queremos sair daqui com a expectativa de que vamos mexer nesse orçamento, de que vamos trabalhar e de que vamos conseguir uma saída, de alguma forma, a partir dessa proposta que fizemos.

Queremos o apoio de todos os Vereadores da Casa. Eu duvido que alguém venha aqui representar contra a situação dos admitidos, tendo sido exposto o que já foi dito aqui. Que

esses Vereadores nos ajudem a ter o apoio do Prefeito João Doria, para que ele assuma com um projeto do Executivo, aqui, na Câmara, para este ano, já, para conseguirmos passar e começar a resolver esse problema agora. Está bom?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Passo, então, a palavra à Sra. Suely Farah, que é representante da Comissão dos Admitidos e Servidores.

A SRA. SUELY FARAH – Bom dia. Meu nome é Suely. Sou servidora admitida e eu preciso, inicialmente, explicar um pouco para vocês por que eu estou sentada aqui, representando pouco menos de sete mil servidores admitidos. Não é porque eu seja melhor do que qualquer outro colega nosso aqui presente ou ausente. Não é porque eu tenha alguma vantagem especial. Eu estou aqui porque eu sou, entre os servidores admitidos, talvez, uma das poucas que foi absolutamente prejudicada em todas as ações da Administração Pública – com exceção da primeira, que eu já vou exemplificar.

Portanto, reúno em mim muitas dores, muitas discriminações, muitas dificuldades, muito desrespeito. Então, eu me sinto autorizada, pelo sofrimento, a falar em nome desta categoria tão humilhada, tão esquecida, tão desvalorizada e sobre a qual paira um preconceito abominável. Então, colegas, eu tenho de agradecer muito a todos aqui presentes, que colaboraram, nos ouviram, nos respeitaram, tiveram o cuidado de ouvir nossas propostas, nossos argumentos e que tornaram possível esse momento único. E espero que não só seja o primeiro, mas o último, porque a gente quer sair daqui com uma solução.

É a primeira vez que a temática dos servidores admitidos organizados, com uma proposta legítima construída por nós está aqui sentada numa mesa de uma audiência para discutir a sua situação, apresentar argumentos sobre a construção da nossa proposta e pretender, com alguma esperança, que saíamos daqui com algum encaminhamento possível para o que é necessário para a nossa solução.

Em 1980, a Lei 9.160 foi criada veio para regulamentar uma situação já existente.

Não é, inclusive, inaugural essa situação do admitido. Já havia na Prefeitura Municipal de São Paulo muitos servidores prestando serviços sem vínculo nenhum com a Prefeitura Municipal de São Paulo, ganhando alguma coisa assim como uma ajuda de custo. Por quê? Porque estávamos num momento de abertura democrática. Nós estávamos num ensaio dessa abertura democrática, no final da década de 70, início da de 80. Só quem viveu aqueles dias pode avaliar o que estamos falando.

Havia a intenção de promover na Prefeitura Municipal de São Paulo uma abertura democrática através dos serviços prestados à população, que vinha de muitos anos, com suas demandas reprimidas, sem atendimento, coisas como: creche, educação, saúde, habitação. Enfim, a Prefeitura precisava de gente para trabalhar e não havia concursos.

Então, o que se fez? Chamavam, recrutavam pessoas que acreditavam em programas, como por exemplo, educação de adultos, alfabetização de adultos, que foi o meu caso. Há outros tão dignos e tão sofridos quanto. Fui selecionada para trabalhar no programa de educação de adultos, que na época era um convênio com o Governo Federal, chamava Mobral. Trabalhávamos em lugares precários, sociedades de amigos de bairros, igreja. Chamávamos os alunos, montávamos a classe, alfabetizávamos esses adultos e jovens fora da escola e recebíamos em troca uma ajuda de custo, sobre a qual, inclusive, pagávamos imposto, como se fossemos um prestador de serviços.

A Lei 9.160, em dezembro de 1980, foi criada inclusive para regulamentar essa situação, porque essas pessoas não tinham vínculo nenhum, trabalhavam quase de graça. (Risos) A partir da Lei 9.160 fomos admitidos do serviço público por uma portaria de admissão. Portanto, a Constituição de então, que era de 1967, previa essa situação. Entramos não só legitimamente, mas legalmente.

Em 1985 tivemos na cidade de São Paulo o primeiro prefeito, não eleito ainda, mas com o compromisso de promover essa abertura democrática, que foi o Prefeito Mário Covas. Ele assumiu com esse compromisso, era do MDB – lembrem-se, nós somos anteriores à

existência dos partidos políticos. Naquela ocasião havia apenas o MDB, que era a oposição à ditadura, e a ARENA, que representava o governo militar.

A partir daquele ano, o MDB, enquanto partido de oposição, que reunia todas as forças então existentes, ansiavam pela mesma coisa: pela liberdade; pela restauração do estado de direito; pelos direitos democráticos que hoje desfrutamos e que com tanta dificuldade lembramos, porque a história inclusive não nos faz justiça.

Naquela ocasião, junto com o Prefeito Mário Covas, trabalhamos em vários programas que foram abertos, quem está aqui se lembra dessa época. Quantos programas foram feitos nas áreas da assistência social, da saúde, da educação. Era tanto trabalho, gente, mas era tanto trabalho, a gente trabalhava sábado, domingo, feriado, de dia, à noite, a gente trabalhava. Não havia muito tempo para correr atrás dos nossos interesses. Não havia. A gente trabalhava demais.

Quase no final da Administração do Prefeito Mário Covas levamos a ele uma demanda nossa, que era urgente, porque essas pessoas eram admitidas em cargos vagos. Então, por exemplo, a pessoa era assistente social, se tivesse um cargo vago de assistência social, admitia-se o cara. O cara era, sei lá, fosse o que fosse, não tinha cargo. Os cargos da Prefeitura eram ínfimos. Então, o que se fez? A administração pública criou funções, a mim me chamaram de supervisora de curso, a outros chamaram de gerente de projetos, a outros chamaram pesquisador de assuntos culturais, enfim. E que referências essas pessoas tinham? Não podiam dar a referência do nível superior ou do médio ou do básico porque ela era atrelada ao cargo. Então, dava-se uma referência DA, embora não fôssemos cargo em comissão, nunca fomos. Não somos CLT, não somos cargo em comissão, não somos contratados. Somos admitidos e pela lei que nos admitiu somos inclusive estatutários.

Qual demanda nós levamos para o Prefeito Mário Covas? “Olha, Prefeito, estamos nessas funções aqui, tem a lei que nos admitiu, que no seu artigo 5º diz que trienalmente essas funções seriam transformadas em cargos e chamado concurso. Estamos em 1985 e não foi

feito ainda isso e nem vai haver tempo para fazer”, porque a administração pública estava toda envolvida em atender a demanda pública por serviços. Não havia tempo para parar e pensar como fazer aquilo, como cumprir a lei.

Havia dentro dessa situação algo muito penoso, que era assim: algumas funções eram de nível médio, mas eram exercidas por pessoas de nível superior, que na prática, na atribuição, enfim, eram de nível superior. E aquilo era terrível, porque a gente trabalhava ao lado dos colegas que ganhavam como nível superior, mas o nosso salário era de nível médio.

O Prefeito disse: “O que temos de fazer para resolver isso rápido? Não pode ficar assim.” Foi feita, então, a Lei 9.904, em 1985, que reconheceu o nível superior para essas funções que estavam em situação de distorção. Foi a primeira e única vez que essa situação dos servidores admitidos foi absolutamente respeitada e ouvida. Foi feita a lei, passou por todas as comissões aqui da Casa, está aqui protocolada, a gente está documentando isso hoje. Nas comissões que a Câmara tinha, nós tínhamos a nossa Vereadora, querida Luiza Erundina, nossa sempre querida ex-Prefeita, com pareceres favoráveis, com exposição de motivos, dizendo: “Isso aqui é justo, tem que ser feito”. Está aqui documentado.

Eu pediria hoje, transcorridos todos esses anos, que tivéssemos o poder de reunir aqui hoje, o poder de fazer um parêntese nessa convulsão que estamos vivendo hoje, com tanta disputa, com tanta briga, com tanto ódio, tivéssemos hoje um minuto, um segundo, uma intenção de recuperar hoje aqui aquele momento que tivemos em 1985, em que todos os que estavam na administração pública e que felizmente estão representados hoje. Agradeço a presença do Senador Eduardo Suplicy e agradeço muitíssimo ao Vereador Mario Covas Neto por ter aceitado conduzir esses trabalhos aqui hoje. (Palmas)

Eu só tenho a agradecer e ter a esperança de que hoje a gente possa reproduzir aquele momento que tivemos naquela condução da cidade do então Prefeito Mário Covas, em que tínhamos uma só intenção, que era o bem público, não só o bem público como entendemos hoje como políticas públicas que atendam a população na área de educação, de

saúde, de habitação, hoje de mobilidade, enfim, não só isso, mas também o nosso anseio de liberdade muito grande.

A gente queria liberdade e a liberdade ofendia os poderosos, assim como hoje o nosso anseio de igualdade também ofende. Também ofende, é disso que estamos falando. Precisamos de igualdade, agradeço a todos, inclusive aos nossos colegas, que muitas vezes com dificuldades devido à idade e a doenças, porque estamos todos envelhecidos, vieram até aqui para nos dar uma força e conseguirmos sair do lugar. Sabem qual foi a nossa primeira palavra de ordem, colegas? Pelo direito de ganhar tão mal quanto os nossos colegas.

Essa foi a nossa primeira palavra de ordem, porque estamos aqui desde antes da democracia, trabalhando pela população desta cidade legalmente e legitimamente, com compromisso, com competência, com responsabilidade e ganhamos muitas vezes um terço do que aqueles que entraram há cinco anos. Essa é uma situação tão cruel, tão absurda, colegas, de a gente não ter no nosso holerite nem o direito a um nome.

Aqueles servidores admitidos que até hoje têm funções não correspondentes a cargos e até por isso nunca tiveram direito sequer de prestar concurso, porque nunca houve, sequer temos direito a um sobrenome. Nós somos chamados sabe como? Analistas, analistas de Jesus, os bastardos da administração. Não temos direito sequer a um sobrenome.

Então, colegas, eu estou aqui hoje, com o coração muito agradecido. Sofrido sim, mas muito, muito agradecido a todos que estão aqui e tornaram possível esse momento único, de a gente estar aqui expondo os nossos motivos, apresentando as nossas propostas, esperando que haja algum compromisso de solução.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado.

O SR. SERGIO ANTIQUEIRA – Sr. Presidente, posso? É que eu cometi uma gafe, não agradei ao Vereador André, pois o fato de estar aqui já nos honra muito. Obrigado por estarem aqui também os representantes do Governo, Marcel e Ahmed. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Eu também cometi uma falha na minha organização e acabei pulando aqui, pois a Deputada Luiza Erundina também foi convidada para este evento e acabou passando aqui, desculpe.

Antes de passar a palavra aos representantes do Governo, questiono se o advogado Luiz Gustavo gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. LUIZ GUSTAVO CORDEIRO GOMES – Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, e agradeço também a oportunidade de dividir a Mesa e compartilhar este momento, tanto com os servidores admitidos, como com as autoridades presentes.

Gostaria de fazer sim uma consideração técnica a respeito do assunto. O Centro de Estudos de Direito Público se debruça a estudar temas, inclusive dessa natureza. Eu, no Centro de Estudos, faço os estudos voltados à área de servidores públicos e a gente lida bastante com as demandas apresentadas pelos sindicatos.

Mas, a gente também auxilia muito as administrações públicas, sobretudo no interior, prefeituras, câmaras municipais. É importante revelar que esse cenário vivenciado aqui na Capital é um cenário que também se encontra com bastante frequência em câmaras e em prefeituras do interior, muitas vezes onde o regime de servidor público ainda é híbrido, numa característica ainda até pior do que essa, onde temos, no mesmo quadro, servidores celetistas e servidores estatutários.

Temos pessoas, então, regidas pela CLT com direitos completamente diferentes daqueles previstos pelo Estatuto dos Servidores Públicos. E ainda com uma agravante, que no momento da aposentadoria boa parte desses servidores vai para o regime geral de aposentadoria e somente os estatutários para o regime próprio de previdência.

A grande verdade é que essa realidade insiste ainda em acontecer. A solução para esse tipo de problema a gente percebe que não é tão complicada tecnicamente, mas às vezes as categorias não conseguem politicamente força suficiente para transpor, para passar, para superar algumas dificuldades de aprovações de projeto de lei.

A situação de servidores admitidos no Município de São Paulo é completamente coberta pela legalidade e pela constitucionalidade. (Palmas) Quer dizer, as normas jurídicas no tempo possibilitavam tanto que fossem admitidos sem concurso público e depois as alterações constitucionais, com certeza, não sacrificaram e não violaram os direitos que já tinham conquistado historicamente. Então, é isso que o Direito não pode, de maneira alguma, ignorar. O Direito não pode agora fingir que não aconteceu esse sacrifício, fingir que não usou da modalidade jurídica de admitir servidores sem concurso e sim por processos seletivos, dizer que isso não aconteceu, dizer que eles não foram imprescindíveis para a história do funcionalismo do município de São Paulo e agora reservar a eles um tratamento jurídico pior, um tratamento jurídico péssimo, sobretudo no fim da carreira. Nós advogamos há bastante tempo para funcionários públicos do Estado e do Município e de diversos municípios do interior.

Nós enfrentamos hoje uma realidade cruel contra o funcionalismo de todos os modos de vinculação. Há uma cultura de que o funcionalismo eventualmente teria depois de um tempo a estabilidade e que isso favoreceria um tipo de falta de incentivo dos servidores públicos. Eu acho que a Administração hoje, na realidade, está colhendo a sua má-gestão. Os servidores públicos se sentem, em muitos casos, desmotivados porque faltou, ao longo da história, que se fizesse um trabalho até porque, disse bem aqui a Sueli, enquanto eles estavam ocupados em trabalhar e não tinham muito tempo de correr atrás dos seus direitos, acabou acontecendo que, em muitos casos, não foram feitos planos de carreira, legislações simples para avaliar o desempenho e possibilitar a progressão funcional vertical e horizontal. O funcionalismo certamente nunca deixaria de fazer as avaliações de desempenho se elas existissem.

Por que é na avaliação de desempenho que ele tem oportunidade de evoluir. Acontece que nós chegamos hoje nas prefeituras e câmaras, espalhadas pelo interior afora e mesmo na Capital, e nós ainda não encontramos legislações que funcionem para avaliar o

desempenho de servidores públicos. Não há outra forma de possibilitar aos servidores a oportunidade de evolução funcional se não for essa. Nós ainda não temos, em muitas prefeituras e câmaras, escolas de governo, possibilitando aos servidores maior capacitação para que possam utilizar essa capacitação e aumentar a eficiência do serviço público e também usar esses cursos para conseguir progredir na carreira funcional.

Tudo isso com pedal constitucional. A escola de governo está prevista na Constituição. A Constituição diz que os estados e os municípios têm de ter escolas de governo para capacitar servidor. Então, hoje esse cenário que os servidores admitidos vivenciam aqui no município de São Paulo, lamentavelmente, não é uma coisa isolada, é uma coisa que a gente encontra em vários municípios e é uma pena.

Quero dizer e reiterar que os servidores admitidos têm pedal constitucional em todos os cenários, não estão alocados como admitidos por um favor, de modo algum, e tudo que aconteceu, insisto, dentro do absoluto respeito às normas jurídicas que estavam vigentes em cada momento histórico.

Parabéns pelo evento e contem com o apoio jurídico do nosso Centro de Estudos de Direito Público, que está à disposição das autoridades, que está à disposição dos servidores e que tem um corpo técnico de advogados que pode ajuda-los a conquistar e desenvolver uma tese, uma argumentação jurídica, projetos de lei que possam possibilitar de alguma maneira uma forma mais rápida de desatar esse nó.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Ahmed, Coordenador de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – Bom dia a todos, cumprimento a Mesa, em especial, Sueli e Sérgio pelas palavras e pelo contexto. Abrindo um parêntese, eu sou servidor de carreira, e assim que entrei na Secretaria da Fazenda fui muito bem acolhido. Um dos meus funcionários inclusive é servidor admitido e vocês têm toda a razão, há um histórico acumulado,

contribuíram de forma substancial, apesar de serem 130 que nós temos, para o que temos hoje. Eu mesmo bebi muito desse conhecimento e sou muito grato. Não conheci obviamente toda essa luta, ao longo dos anos, tomei par disso há poucos minutos atrás e agora essas excelentes, corretas e objetivas palavras de Sérgio e Sueli.

Do ponto de vista orçamentário o que temos desenhado, apesar dessa rubrica, dessa dotação orçamentária de um milhão de reais que acaba sendo insuficiente, imagino eu que o efeito de uma valorização, ainda que seja escalonada, não deve ser tão impactante, mas a gente precisa de um estudo efetivo. Precisamos entender melhor qual é o impacto disso. Não está sendo um ano fácil para a Prefeitura de São Paulo, para o País, como um todo. Temos acompanhado e entregamos a LDO para esta Casa na semana passada e agora a gente começa a se preocupar com a lei orçamentária do próximo ano. Acho que o momento é esse de a gente tentar desenhar, com o auxílio de vocês, o projeto com algo concreto do ponto de vista de impacto, algo para o próximo ano.

Acho que para esse ano suplementar essa dotação, por mais legítimo, e eu reitero isso, é legítimo, de fato, o pleito, não é algo ilusório e tenho certeza que vocês têm o apoio de todos os que estão aqui, inclusive, nosso da Secretaria da Fazenda.

Cabe a nós, obviamente, tentar encaixar a parte desse bolo que vai ser provavelmente menor para o próximo ano dentro das exigências de vocês. Como eu disse o impacto de sete mil servidores dentro de uma folha e 135 são 5%, menos ainda.

A SRA. SUELY FARAH – O impacto já calculado é de 0,2%.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – Monetariamente falando, em termos de pessoas, vocês têm toda a razão, não é algo muito longe do que a gente tem feito que é tentar atender todas as pastas. Todas as demandas são válidas e a gente vê nas 22 Secretarias, realmente não é um ano fácil, mas me parece que esse é o momento de tentar costurar um endereçamento da nossa parte da Fazenda, em conjunto com a gestão, de tentar entender e achar uma solução, ainda que seja escalonada, fracionada. Se eventualmente o impacto for

muito substancial, significativo, que eu imagino que não seja de uma vez e que a gente possa garantir essa equiparação.

Eu reitero, como servidor de carreira, não servidor admitido, que sim eu fui beneficiado por um servidor admitido que inclusive trabalha comigo e que de tempos em tempos relata a situação que para nós é algo distante porque não vivenciamos esse período. Vocês de fato possuem conhecimento de causa e vivenciaram isso.

O que eu posso dizer é que a Secretaria da Fazenda está aberta, não só para essa audiência, mas para todas as outras, que vocês tenham que eventualmente criar algum grupo específico, então contem com o nosso apoio para tentarmos encontrar uma solução juntos. Esse é o mais importante nesse momento, ter o endereçamento, algo mais objetivo, afinal de contas, são mais de 30 anos de batalha, de luta, e a gente tem de achar uma solução importante e é esse o momento. Coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Marcel Moraes, representante do Secretário Municipal de Gestão.

O SR. MARCEL MORAES – Bom dia a todos, cumprimento a Mesa, todos que estão aqui nessa audiência pública para que a gente fale sobre essa questão bastante delicada e histórica, que é a questão dos servidores admitidos. Iniciando, só colocando que no começo desse ano nós recebemos as entidades que representam o conjunto de servidores públicos municipais. O nosso Secretário Paulo está sempre de portas abertas para receber.

Nesse começo de ano a gente recebeu uma comissão de servidores admitidos e logo na sequência recebemos o Sindsep para outra conversa. A gente está sempre aberto a receber os pleitos, as demandas, as pautas das entidades, dos grupos representativos. Eu, ao longo dos últimos quatro anos, já tive a oportunidade de estar várias vezes com o Sérgio e a Sueli para fazer esse debate da questão dos servidores admitidos.

Nesse início dessa nova gestão a gente tem feito esse debate internamente para tentar encontrar alternativas, soluções, para que possamos avançar nesse ponto.

Então, para deixar claro que a gente está aberto ao diálogo, na busca de soluções conjuntas, então, esse diálogo está sendo feito entre Fazenda e Gestão e outras áreas do Governo e vamos continuar a fazer esse debate, ao longo desses próximos meses, para que dentro desse cenário a gente encontre uma saída orçamentária, que caiba aqui no nosso orçamento e que também venha ao encontro daquilo que vocês buscam.

Tem sido feito esse diálogo, esses estudos internamente no governo e esse debate tem de ser feito dentro desse conjunto maior de pleitos que estão sendo postos pelas várias entidades representativas dos servidores públicos municipais.

Obviamente que o pleito de vocês vem de uma maneira mais urgente porque já vem de muito tempo, são três décadas, pelo menos, assim como vocês já colocaram então tem esse quê de prioridade. Isso obviamente está sendo considerado e dentro desse debate todo vamos tentar encontrar alguma saída que caiba dentro das nossas possibilidades. Hoje, é até um dado que é desse mês, são 6.625 servidores admitidos, sendo que 1.562 servidores ativos e 5.063 servidores aposentados. Esse é o dado do mês de março agora, e como vocês mesmos já colocaram, perto do conjunto desses servidores e da folha ampliada é um número que a gente consiga encontrar uma saída, mesmo que de maneira escalonada. Então, a gente vai continuar a fazer esse debate, ao longo desses próximos meses, mas a nossa intenção é que a gente consiga encontrar essa alternativa e solução.

Estamos de portas abertas na nossa gestão para sempre fazer esse debate e esse diálogo nas mesas, nas reuniões, e me coloco, mais uma vez, à disposição, sempre também aqui da Câmara Municipal, quando tiverem novas audiências públicas e ali na Prefeitura, na gestão, estamos de portas abertas para que a gente conjuntamente consiga superar essa questão que tanto nos aflige. Muito obrigado.

A SRA. SUELY FARAH – Presidente, eu pediria apenas um momento para esclarecer uma questão colocada aqui pelo colega, Dr. Luís, e também para o esclarecimento do Ahmed, por que o Marcel conhece bem a situação. É que o Dr. Luís fez menção a políticas

de gestão de avaliação e eu preciso deixar aqui registrado que nós servidores admitidos somos avaliados anualmente tanto quanto nossos colegas efetivos, mas apesar dessa avaliação que tem sido sempre impositiva nunca tivemos retorno nenhum por essa avaliação. Os efetivos são avaliados e tem direito a promoção, crescem na carreira. O servidor admitido é avaliado e ponto. Fica lá do mesmo jeito que estava antes de ser avaliado.

Outra questão diz respeito a cursos. Toda vez que Administração Pública oferece cursos aos servidores, os servidores efetivos fazem os cursos porque eles recebem pontuação e progridem na carreira. O servidor admitido até pode fazer curso, em geral sempre faz, mas não conta nada. Conta que melhora o trabalho, como o Ahmed testemunhou. A gente é formador de quadros. Muitos servidores efetivos se formaram aprendendo a trabalhar conosco, mas mesmo assim sempre fazemos cursos quando podemos. Mas para nós isso nunca contou nada.

Outra coisa que quero falar é que a Lei 9.160, quando foi criada, foi criada para regulamentar um trabalho que pretendia ser temporário. Hoje, passados 36 anos eu perguntaria: quantos anos precisa ter uma carreira para que 36 anos de trabalho possa continuar a ser considerado trabalho temporário? Qual a proporção? Outra questão que eu quero esclarecer ao Ahmed, que está aqui, e não conhece totalmente a situação é que o artigo 16 da Lei 9.160, que foi criada para regulamentar um trabalho que pretendia ser temporário, diz que nós não podemos ganhar mais do que o nível um das carreiras. Então, se existe uma medida legal urgente a ser tomada é retirar esse artigo da lei, porque na Constituição, na Lei Orgânica, nos planos de quadros e carreiras, enfim, não há uma vírgula sequer dizendo que admitidos precisam ganhar isso ou aquilo. Esse artigo da Lei 9.160 precisa ser retirado de lá porque inclusive o colega advogado está dizendo que é inconstitucional esse artigo a uma altura dessa.

É só isso a título de esclarecimento. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Quero anunciar que a Sra. Arminda

Farias, assessora parlamentar do Vereador Ricardo Nunes está presente aqui representando Vereador, que está agora trabalhando na CPI e não pode estar presente.

Tem a palavra o Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Muito obrigado, Presidente Mario Covas Neto, cumprimento os Vereadores André Santos e Toninho Vespoli e também o Sr. Ahmed Sameer El Khatib, Marcel Moraes Felices, Sérgio Antiqueira, Presidente do Sindsep; Sra. Sueli Farhat, representante da Comissão dos Admitidos e Servidores.

Eu pedi a gentileza de ter a palavra porque tenho um compromisso de palestra em Mogi das Cruzes, que deveria estar lá, mas achei importante estar aqui. Queria informar, Vereador Mario Covas Neto, quando fui Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, recebi em meu gabinete a Sra. Sueli Farhat e uma comissão dos admitidos, o Sr. Sérgio Antiqueira e inclusive a ex-Prefeita e Deputada Federal Luiza Erundina, que me explicaram todo o histórico relativo ao direito dos admitidos. Tenho a convicção e clareza de que é mais do que justo aquilo que estão reivindicando porque exercem funções de igual natureza, de igual responsabilidade que os servidores de carreira concursados. Achei positivo que o Sr. Ahmed Sameer e o próprio Marcel Moraes Felices tenham a disposição de compreender as razões, inclusive, o parecer sobre a constitucionalidade favorável que o Dr. Luiz Gustavo Cordeiro Gomes expressou e então, espero que a administração João Doria Junior possa efetivamente assegurar o direito, mesmo que por etapas, mas de forma a assegurar o direito que avalio ser constitucional e mais do que justo de todos os servidores admitidos.

Meus cumprimentos sobretudo pela Comissão de Administração Pública realizar esta plenária tão importante. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Como Vereador Suplicy tinha de sair antes, coloquei para ele falar primeiro. Agora, também, Vereador Toninho Vespoli, vou passar a palavra para o Vereador André Santos que também precisa se ausentar. Como nós dois vamos ficar aqui, deixaria o senhor para depois. Obrigado.

O SR. ANDRÉ SANTOS – O motivo de estarmos aqui é porque a Sra. Sueli nos procurou porque queria, pelo menos ser ouvida. E mesmo não a conhecendo e nem o projeto, toda essa luta, falamos que vamos sentar para ouvi-la. Temos de estar atentos é que se passaram muitos anos, muitos governos, partidos diferentes. O que é preciso é que de alguma forma, alguém do Executivo possa sentar para acompanhar detalhadamente cada situação e ser bem claro e específico. Essa é uma coisa que dá para ser resolvida rapidamente. É para darmos algum tipo de demonstração de que a situação deles está sendo tratada com seriedade, porque independente de partido, da posição de cada um, o que é justo tem de ser tratado com justiça e precisa ser resolvido.

Por esse motivo, quando ela nos convidou para conversar, nós gastamos um tempo para ouvir, e tendo esta audiência pública, mesmo não sendo obrigação nossa estarmos aqui, fizemos questão de acompanhar um pouco mais de cada detalhe desse movimento, dessa luta e nos colocamos à disposição para também darmos todo apoio preciso para o que é justo seja de fato feito.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereador. Quero anunciar também a presença do Sr. Roberto Hasselman, que é assessor do Vereador Toninho Paiva, e João Antonio Ferreira, assessor da Vereadora Juliana Cardoso, ambos estão acompanhando esta audiência pública.

Com o palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos, quero cumprimentar o Vereador Mario Covas Neto que está presidindo esta audiência pública, Vereador André Santos que está se retirando, Vereador Suplicy que já se retirou, o Secretário Municipal de Gestão, Marcel; o coordenador de orçamento Ahmed; o Sérgio do Sindsep; Sueli Farhat, Luiz Gustavo, advogado.

Gostaria de colocar algumas questões que acho interessantes. Sinto que há um

reconhecimento da Câmara Municipal quanto à situação dos admitidos. Isso ficou evidente quando discutimos tanto a LDO quanto o orçamento do ano que vem, de colocar conseguir articular vários vereadores e conseguir colocar 1 milhão para o orçamento sabendo que era insuficiente, mas para deixar a porta aberta para uma discussão.

Isso teve o apoio, como foi dito pelo André, de vários partidos. Isso não é uma coisa partidária, é um reconhecimento do trabalho dos servidores admitidos para a cidade de São Paulo. Posso citar alguns nomes que nem estavam aqui: Camisa Nova, que não está mais aqui foi articulador disso, ele é do DEM; o Nomura; o Ricardo Nunes; Ricardo Young que não está mais aqui, da Rede. Tem vários vereadores, acho que é um reconhecimento da Casa.

Não que não tenha o reconhecimento do Executivo, sei que tem o orçamento e é mais difícil. Eu falava para a administração passada, nem é para essa, eu falava assim: se a justiça é visível por todos, alguma coisa tem de ser feita. Não é possível vermos injustiça e simplesmente falar que não dá. E quando falávamos com a administração, com o Secretário de Gestão, colocávamos que o que eles querem é um processo. Ninguém está falando de resolver de um dia para outro, mas tem de ter um processo para reparar essas questões. E o que me deixava angustiado era que o processo, pelo menos na administração passada não acontecia. E conversando com várias lideranças, ninguém está pedindo que se resolva de um dia para outro, mas que se abra um processo e que se comece a reparação. Se vai acabar daqui a dois ou três anos, é um processo que se abriu. O problema é não abrir o processo porque é mais angustiante ainda se ver a injustiça, saber dela, mas não começar um processo.

Agora que estamos em uma nova gestão, espera-se o reconhecimento do início desse processo. Até porque, a injustiça é uma grande, por parte deles, eles seguiram a lei; quem não seguiram as leis foram as várias administrações até aqui. Era para ter sido feito concursos três vezes no ano, não foram eles que não pediram. Eles pediram os concursos, as administrações, por vários motivos que não sei quais são, não fizeram. Estão pagando por uma situação que as administrações colocaram. E tem uma coisa que não é só o reconhecimento

financeiro, sou professor municipal, fui professor do Estado, fui professor categoria O, contratado, não tenho outras palavras, quem passa por isso é humilhante. Nós, somos humilhados cotidianamente, Covas. (Palmas) Desde a hora que a gente entra na sala dos professores, há os assentos dos professores concursados e os do pessoal contratado. Você é visto como um servidor de segunda categoria. É assim que a gente é tratado.

Então, fora o reconhecimento financeiro, acho também que tem de ter um reconhecimento de equiparação, porque é o reconhecimento da contribuição para esta cidade. E desculpa se vou ofender alguém, mas vamos esperar as pessoas morrerem para reconhecer? (Palmas)

Sou uma pessoa que dou muito poucos títulos nesta Casa, porque o reconhecimento é muito mais valioso quando é em vida. Não quero ser reconhecido depois que morrer. Quero participar da homenagem.(Palmas)

Sei das dificuldades, imagino o orçamento da Cidade como está. Isso é fato e também acho que ninguém está tampando o sol com a peneira. Vocês estão vendo nos jornais diariamente a dificuldade real e sabemos disso. Acho que tem vários elementos que podemos tentar correr atrás. Uma das questões que pode dar frutos é a da dívida ativa, a CPI que vai apontar caminhos inclusive para recuperação do dinheiro.

Tem perspectiva, quer queira quer não, o governo passado fez uma coisa boa que é a renegociação da dívida. Saímos de 62 bilhões e fomos para 26 bilhões. Isso foi um alívio, se conseguirmos outros mecanismos como cobrar a dívida, teremos a médio prazo um pouco de folga. Então, acho que começar um processo contando com expectativa, não é possível que o País vai ficar atolado. Uma hora vamos sair dessa crise.

Queria fazer uma proposta nesse sentido, para pensarmos um processo. Fica ruim porque o sindicato pensa uma coisa, a administração pensa uma coisa e a Câmara pensa outra. Poderíamos fazer um grupo de trabalho, que envolvesse principalmente a Secretaria da Fazenda, que está com o problema nas mãos e entendemos isso.

Como poderemos colaborar também, não é só ir lá e exigir, mas achar soluções para começar um processo. E com o representante do Sindsep, com representantes dos admitidos, acho que poderíamos pensar em algo assim. Acho que uma das coisas que é angustiante, e na Casa já vivemos isso, Covas, começamos um debate, mas não conseguimos finalizar, dar frutos. Entendemos as mesas de negociações, na gestão passada percebi isso, agora está muito recente, as pessoas levam suas angústias e não conseguimos chegar em denominadores. Acho que colocar os servidores juntos para achar os denominadores, ajuda inclusive eles entenderem os problemas e não propor coisas exorbitantes, coisa mais factíveis. Acho que seria interessante, gostaria de deixar essa proposta.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Vereador, só queria dizer que caso V.Exa. venha falecer antes do que eu, vou fazer uma homenagem ao senhor. (Risos) Acho pouco provável, mas ninguém sabe. (Risos)

Agradeço a palavra de todos da Mesa, vou passar aos inscritos. Peço que as pessoas inscritas, quando escutarem a campainha, possam encerrar a fala.

Sra. Célia Elizabeth Camiani.

A SRA. CELIA ELIZABETH CAMIANI – Bom dia, resolvi falar para contar um pouco da minha história que é diferente, como admitida como a Sueli relatou aqui.

É tão angustiante quanto. Comecei o meu trabalho como psicóloga na Secretaria da Educação, na época, por meio de avaliação feita pelos educadores da PUC que criaram um projeto e apresentaram para a prefeitura. Isso foi na década de 70, acho que muitos de vocês não estavam na prefeitura.

A proposta dos educadores da PUC era porque tínhamos uma demanda muito grande de crianças para serem atendidas nas clínicas da prefeitura, que eram duas, na Mooca e no Itaim. Nem sei por onde andam essas clínicas. Então, foi criada uma proposta para que houvesse psicólogos escolares para atender as crianças que chegavam com essa demanda e não era necessário o atendimento psicológico clínico, poderia ser resolvido na escola. E com

esse projeto que começou em 1976, comecei nessa época, fomos selecionando as pessoas com essa avaliação. Começou com 30 psicólogas, atendíamos em duas escolas, as escolas que tinham pré-escola era outro nome, que não lembro agora. E esse projeto foi crescendo, a cada ano foram admitindo mais 30 psicólogos.

Logo após a última Constituição, nós, psicólogos da Secretaria da Educação, prestamos um concurso, mas o edital não contava nem tempo de serviço e nem títulos, apesar da Constituição exigir isso. Entramos e pedimos que fosse derrubado esse edital, mas não conseguimos. Prestamos esse concurso, a maioria foi aprovada, mas também muitos não conseguiram ser efetivados. Eu, inclusive, também não fui. Entramos na justiça pelos nossos direitos da Constituição, de contar o tempo de serviços e títulos, ganhamos mas a administração entendeu que 0,025 a mais por cinco anos de serviço era suficiente. Quer dizer, não saímos dos lugares que estávamos, então, caducou o concurso e continuamos admitidos.

Logo depois teve um concurso para psicólogo no Hospital Municipal. Esse contaram os títulos e tempo de serviço. E muitos de nós prestamos, eu passei em quarto lugar, mas na época o hospital não é como é hoje. Então, como era arrimo de família, fiquei com medo de assumir, e depois o meu salário estaria defasado. Continuei na prefeitura na mesma situação de vocês.

Estou neste momento numa situação que acreditei na administração passada, como era slogan do prefeito, salários iguais para trabalhos iguais, acreditei que seria resolvido. Não foi, mas creio que nesta administração, pela vontade que sentimos por meio de todos os vereadores que fomos falar, sinto que vamos conseguir resolver.

Agradeço ao Toninho, ao Mario Covas, que têm sido parceiros e pessoas que têm sentido a nossa angústia e querem resolver isso. Então, para o meu patrício, meu marido é descendente de árabe também, espero que eu receba uma boa nova. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Anuncio o encerramento das inscrições e já passo a palavra para Bergair de Oliveira Valentino, do

Sindsep, da Secretaria da Saúde.

A SRA. BERGAIR DE OLIVEIRA VALENTINO – Antecipadamente quero agradecer, Mario, a sua boa vontade, o seu empenho em presidir neste momento. Agradeço ao Toninho, ao André que já foi embora, ao Quito Formiga que fez um trabalho maravilhoso. Dr. Luiz, muito obrigada por ter atendido o Quito Formiga e trazer essa boa nova. Fiquei muito emocionada com sua fala. Deus te abençoe.

Estou emocionada e Ahmed, senti uma grande força em você, na conversa anterior que tivemos, a sua pré-disposição em levar isso adiante e resolver essa situação. Inclusive, falei rapidamente a respeito dos auxiliares de enfermagem, porque a nossa função começa no 6, dentro do plano de cargos e salários fomos colocados no 5. Outra injustiça enorme, se o 6 já é arrastando a barriga no chão, no 5 você acabou de ficar aleijada. São todos os auxiliares de enfermagem que são admitidos e foram enquadrados erroneamente.

Espero essa correção, dentre as demais que conto que esta gestão irá fazer. Por tantas outras gestões que passamos e discutimos, patinamos e não saímos do lugar. O Marcelo sabe muito bem a situação dos admitidos. Vamos dizer, de cabo a rabo, o Marcelo sabe tudo dos admitidos e contamos com ele, com Ahmed, com esta Casa, com os vereadores para finalmente sairmos disso. Obrigada, Mario. Deus o abençoe.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Eu também tenho uma particularidade. Logo que meu pai faleceu, toda vez que ia falar em público, eu chorava, qualquer que fosse o assunto. E passei bastante apuro com isso, na época tinha uma inauguração de um equipamento em Caraguatatuba, um teatro que levava o nome do meu pai, e tinha um monte de gente, me chamaram para falar, eu falei duas palavras, comecei a chorar e começou a chover e eu disse graças a Deus. (Risos) E levaram tudo para dentro, eles me chamaram de novo e chorei de novo. (Risos)

Então, a emoção, quando ela aflora, a gente não segura. Sr. João Antonio Ferreira, do gabinete da Vereadora Juliana Cardoso.

O SR. JOÃO ANTONIO FERREIRA – Bom dia a todos da Mesa, do plenário. Vou usar a palavra para justificar a ausência da Vereadora que teve dificuldades familiares e não pôde vir esta manhã. Durante o último período, a Vereadora esteve com a comissão, encabeçada pela Sueli e pelos dirigentes do Sindsep. É extremamente sensível e apoia a questão dos admitidos. Fico extremamente feliz pelo consenso, ninguém aqui em nenhum momento questionou a dívida que a cidade de São Paulo tem com esses profissionais. Ou seja, precisa ser reparada.

Não quero me alongar muito, mas aproveitar a sugestão do Vereador Toninho Vespoli, porque vejo dois problemas a serem analisados e resolvidos. Um é o legal, que o Sérgio Antiqueira, do Sindsep, já trouxe uma minuta. Seria muito importante que se de fato constituírem essa comissão que o Vereador Vespoli está sugerindo, que já se parta dessa minuta para garantir o direito. (Palmas)

Tem dois problemas, um é o legal, o direito dos admitidos serem tratados como verdadeiros servidores públicos da cidade de São Paulo; e o segundo é a questão orçamentária que estamos nos debruçando mais. Ou seja, temos no orçamento deste ano recursos bastante simbólicos. Até fiz uma conta, se dividir 7 mil pessoas, 1 milhão de reais, dá 140 reais mais ou menos para cada profissional, ou seja, totalmente insuficiente. Mas que pode-se pensar em suplementação, apesar desse quadro bastante delicado das finanças.

E começa-se a discutir o orçamento de 2018, o próprio técnico da Secretaria da Fazenda falou e a Câmara recebeu a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Acho que tem de operar as duas lógicas, a lógica orçamentária deste ano, prever recursos para o ano que vem, mas o fundamental de todas é garantir o direito, a partir da minuta que o Sindisep já apresenta a discussão, construirmos uma proposta em que o Executivo possa mandar à Casa, porque os Vereadores ficam de mãos amarradas, eles não têm legalmente a possibilidade de propô-la. Então, tem que aguardar que o Executivo mande para a Casa. Por isso eu acho muito importante a proposta do Vereador Toninho Vespoli de criar esse grupo para superarmos

esses dois impasses: orçamentário e legal.

Era essa a contribuição que eu queria dar, um grande abraço para vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Sra. Laís Tescari, da Siurb.

A SRA. LAÍS TESCARI – Bom dia. Muito obrigada a todos da Mesa por estarem supercolaborando com a gente. Foi muito sensível ver que todos aqui – a Suely principalmente, agradeço porque ela nos representa e muito bem – está desde o começo levando essa briga, que é muito, muito dura e ela, em nenhum momento, fraquejou. Ela nos representou com muita disposição. Queria agradecer demais a todos vocês e aos nossos colegas por estarem aqui também.

O que eu queria colocar é super-rápido para não ser cansativo a ninguém. Como a Suely mesmo disse, sou arquiteta. Fui contratada por processo seletivo como pesquisadora de assuntos culturais na época. Trabalhava no departamento de projetos da Prefeitura, onde a gente tinha milhares de coisas para serem reformadas, para serem feitas, para serem reparadas. Enfim, era um trabalho enorme, a equipe era muito sucinta e eu e todos os colegas de lá trabalhamos muito por muitos anos. Quando fui admitida nessa portaria diziam que o próximo concurso eu seria obrigada a prestar e seria obrigada a passar e se eu não fosse aprovada estaria fora desse meu cargo.

Portanto, prestei e tive a 64ª colocação, um concurso onde tinham mais de duas mil pessoas. As vagas eram para 200 funcionários e eu nunca fui chamada. Fui o número 64. Expirou o prazo desse concurso e não foi efetivada. Fui muito bem colocada e na época não foram preenchidas as vagas. Hoje acho que não é constitucional se abrir um concurso e não se preencher as vagas e ali continuei o meu trabalho.

Fui arquiteta no mesmo departamento por 32 anos. Fiz parte de uma equipe de trabalho muito grande, fiz projetos que foram para a Bienal de Portugal, de arquitetura, tenho trabalhos expostos nas nossas bienais de São Paulo, de arquitetura, com projetos, faço parte de uma equipe maravilhosa de projeto. Sempre trabalhei, sempre fui avaliada, nunca subi uma

letra, nunca tive nenhum benefício e tenho certeza de que colaborei bastante para a minha equipe.

Neste momento fico pensando: “Por que eu continuei lá? Porque daqui a quatro anos tem um novo concurso, quem sabe.” Fiz todos os concursos, fui aprovada em todos os concursos abertos para a minha carreira e não fui chamada. Em todos eles fui muito bem colocada e nunca foi chamada.

Então, cumpri realmente o que estava no contrato, de que eu teria de estar aprovada, só que a Prefeitura não cumpriu com o lado dela, com o contrato comigo. O tempo foi passando, adorava o trabalho que eu fazia. Adoro os projetos, tanto é que fiz parte dessa equipe por muitos anos e por ali fiquei na esperança do novo concurso. Sempre fui aprovada, porém nunca fui chamada. Essa minha situação nunca foi regularizada e eu não perco as minhas esperanças, porque acho que tudo o que fiz e tudo o que nós, colegas, fizemos, foram pessoas muito dedicadas e acho que é o momento mesmo em que temos de ser reconhecidos e muito rapidamente.

Eu não sei a questão do orçamento, a questão de crises e tal, mas acho que a gente tem que ter prioridades, principalmente num momento como esse e o nosso caso é uma prioridade. Uma prioridade que a gente não pode justificar porque não tem verba, porque não tem orçamento, eu acho que não existe mais justificativa e nem consolo para nós, que somos dessa categoria.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Próximo é a Sra. Ivanir Tomé.

A SRA. IVANIR TOMÉ – Boa tarde a todos, me desculpem se o meu português for um pouco ruim, porque sou uma pessoa que não tem canudo. Mas, consegui (ininteligível) com os meus três filhos através dessa profissão. Desde 81 estou na Prefeitura e não tive condições de me efetivar e sou estável até hoje. Foi muito sofrimento, porque na educação, aonde

chegava o efetivo, você tinha que ir para outros lugares.

Fui conhecendo várias escolas, estou na DREI Ipiranga desde 81, conheci o Suplicy, e nunca pedi nada para mim. Pedia para a escola, porque eu queria que tirasse aquele monte de cadeiras podres, aquelas coisas sujas, tudo o que era ruim na escola, a gente queria que melhorasse. Conheci o Mário Covas, que era o meu orgulho e olho para a cara do neto e parece que o estou vendo hoje. Quando ele chegou à EMEI Franklin Roosevelt, que virou Patrícia Galvão, viu a gente debaixo d'água, já fez a gente sair, fez a reforma e voltamos.

Então, são muitas histórias, só que com a minha história fico triste, porque quando entrei e muitas outras entraram não fomos pedir para político ou fazer concurso, quem nos colocou na Prefeitura foram as pessoas, a comunidade que nos escolheu e fomos lá, porque não havia concurso público na época. E demorou muito. O primeiro concurso foi o da Erundina, foi quando tive uma depressão pós-parto, pós-aborto, foi quando ela consertou a situação de muitas pessoas. Foi a oportunidade, que pedi de me efetivar.

Quando houve outros concursos, talvez por causa daquele problema, eu não conseguia e quando eu consegui prestar concurso, porque só foi mudando de nome, de servente escolar para agente escolar. Era só o nome que mudava, porque dinheiro mesmo nós nunca víamos. Ficavam rodando com a gente, saía de uma escola para dar lugar a um efetivo que chegava, era servente escolar carregando aqueles panelões de comida, ficado doente com bursite, tendinite. Enquanto isso, os efetivos, ficavam com dor e tiravam licença e a gente ficava cada vez mais sozinha, trabalhando sozinha, foi muito sofrimento.

Mas, segurei a onda porque tinha três filhos e sabia que ia ser minha caderneta de poupança hoje. Um é formado em economia, tem doutorado; tem uma que trabalha no Sírio Libanês, que também é formada; outro que também é formado tecnólogo. Então, tenho muito orgulho dessa educação e fico muito feliz, pois atingi o meu objetivo, de um cargo baixo, onde tive apoio dos meus colegas e da comunidade, que me inscreveu para eu pegar o cargo, porque tinha saído o edital que poderia ser indicado pela comunidade. Eu poderia ter me

efetivado, ido lá escolher um político, como muitos falavam para mim.

Mas, eu falava: “não, não vou fazer isso, vou trabalhar e um dia, se eu merecer, vou ser efetivada”. A época da Sra. Erundina foi a minha alegria, porque todos conseguiram se efetivar, ela deu estabilidade para muitos, que foi o que segurou. Mas, ficamos na letra 1, que não dá em nada.

Hoje eu me encontro trabalhando ainda, comecei na ditadura, passei por tudo o que tinha que passar, passei por todas as escolas, lutei muito com a comunidade, fiz projetos e sou muito participativa, gosto, amo o que faço, porque entrar como mãe monitora, depois entrar como servente escolar, depois passar a agente escolar. Chegar na época de um concurso de ATE, o Sr. Kassab inventar aquele concurso, onde professores estavam lá, professores de educação física, de matemática e eu, com a simples 8ª série, como ia conseguir no meio de tantos mil? Cheguei a 33 mil, cheguei bem até. (Risos) Mas, e aí? Chegava lá e os professores diziam: “Eu não vou servir merenda, não sou garçom” e sobrava para a gente, que éramos admitidos.

Então, fico triste com isso e acho que está na hora de rever a situação dos estáveis, porque por não sermos efetivos, sempre nos entregamos mais do que o efetivo. O efetivo não tem nada quase a perder, porque qualquer coisa ele é efetivo. Agora, nós estamos aí, estou com 36, 37 anos de Prefeitura, não posso me aposentar devido a vários problemas de saúde de coluna, tornozelo, parafuso que qualquer hora vai cair em pedaços. O que me ajuda muito é a minha caderneta de poupança, que são os meus três filhos.

Então, gostaria que vocês da Mesa, me desculpem por eu falar assim, porque sou uma pessoa muito simples. Te amo, viu? Vejo o teu pai. (Risos) Sempre fui uma pessoa assim, o meu voto não é no partido, é na pessoa. Quando eu amo, eu amo de coração, sigo aquela pessoa, acredito naquela pessoa e vou até o fim e sempre a minha intuição é legal. Olho a reportagem hoje e falo: “Ainda bem, eu nunca votei naquele cara”. Eu me sinto até feliz.

Mas, tenho momentos felizes de conhecimento de Paulo Freire, do Sr. Mário

Covas, o Suplicy, quando pedi para ele nos tirar aquele cemitério de carteiras, porque eu queria coisa boa para os alunos, para as crianças e para aquela comunidade legal. Então, gostaria que vocês da Mesa pensassem um pouco em nós, estáveis, e nos não estáveis também, os admitidos, sejam arquitetos, engenheiros, enfermeiros, pois esse pessoal está sendo injustiçado com os efetivos. Estão sendo. Os pequeninhos e os grandes também.

Então, se tiver um jeito de vocês tentarem fazer um projeto que nos ajude nessa nossa carência, para peço menos não perdermos o emprego ou segurar o pouquinho que temos, porque até para os remédios está meio difícil, os postos não estão tendo ultimamente, pelo menos os meus para o coração. Vamos ajudar a gente.

Obrigada, me desculpe, pessoal, mas é o que eu tinha para falar, há anos isso está entalado aqui e quando vi essa reunião dos admitidos, eu falei: “Está na hora de eu ir desabafar um pouco, porque nunca vim aqui na Câmara pedir para ser efetiva. Passei em 33 mil lugares, tem um professor servindo lanche no meu lugar, porque foi cabo eleitoral do Kassab. “Ô meu, eu não quero ser cabo eleitoral de ninguém, eu não quero puxar o saco de ninguém, não quero pedir na Câmara, eu não quero nada. Eu quero conseguir pelo meu esforço, pelo meu trabalho, pelo que a comunidade vê o que fazemos por ela”. Por isso estou aqui hoje e ao mesmo tempo para conhecer pessoalmente esse filho lindo do Mário Covas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado pelo lindo. Eliana Ramos, por favor, de Siurb.

A SRA. ELIANA RAMOS - Bom dia a todos. Agradeço a presença de vocês todos que estão dirigindo os trabalhos nessa manhã.

Vou contar um pouquinho da minha história, eu me formei em 77 e passei no concurso de 78, de arquiteto, fui chamada. Primeiro foi chamada uma equipe, os 150 primeiros e depois o restante. Nessa primeira leva que foi chamada, esse pessoal era gente da minha classe, eles passaram e todo mundo que estava naquela leva passou e foi efetivado. Quando

foi chamada a segunda leva a Prefeitura não estava aceitando, porque dizia que o edital não era compatível com a ocasião.

Eu falei: “Se já existe um grupo que passou eu também vou passar”. Entrei pela Justiça com a liminar, fiquei três anos como efetiva, a Prefeitura me reconheceu, passei no estágio probatório por três anos e depois eles me tiraram do cargo e eu voltei a ser admitida, porque eles entendiam que se você saiu do cargo de admitido, porque eu já era admitida pela lei e fui efetivada, eles entenderam que eu tinha de voltar a ser admitida. É um balaio de gato.

Fiquei como admitida todos esses anos. Quando teve o concurso em 83 a Prefeitura não me inscreveu, porque ela entendia que eu era efetiva. (Risos) Então, são esses erros que a gente acompanha e quando você conta esse caso para alguém ninguém acredita. Daí para frente foi assim, eu me aposentei agora em fevereiro e vou correr atrás do prejuízo, porque não tem como ficar no nível 5 depois de 41 anos de trabalho.

Então, agora é uma questão de empenho da nossa parte, da parte dos dirigentes, porque não tem mais saída isso. o trabalho que a gente executava em Edif é um trabalho igual para todo mundo, sem exceção, efetivo e não efetivo. A carga é grande e tem um histórico lá. os trabalhos são maravilhosos que saíram de lá, EMEI, creche. Tudo o que saiu de lá foi feito por nós, quer dizer, tem bagagem.

Então, nesse momento eu acho que todo mundo já está passando dos 60 e não tem mais tempo para ficar estudando uma lei. Acho sim que tem que fazer um ajuste nisso o quanto antes, porque não vejo saída, a não ser esse tipo de ajuste que foi falado aqui no começo. Não tem como.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Essa foi a última pessoa inscrita. Só queria dizer umas palavras antes de encerrarmos. Primeiro, para variar, as mulheres dominam aqui a reivindicação toda. É interessante isso. Eu sou de uma família em que a minha mãe tinha sete irmãos e os homens morreram antes e as mulheres ficaram, sejam

as irmãs, sejam as cunhadas.

É interessante que quando a gente vê – e aí vou entrar numa polemica aqui – o negócio da aposentadoria, a mulher aposentar antes deveria ser o contrário nesse caso, porque ela vive mais. (Risos)

Sabia que isso ia gerar polêmica. (Riso) Não, não, não, gente, é só um raciocínio, não estou defendendo posição nenhuma aqui. Mas, o legal é que as mulheres têm, apesar de na Câmara Municipal a gente ter um número muito pequeno de mulheres, elas são ativas nos direitos e brigam com muito vigor. Está aqui uma representante na Mesa e todas as que foram inscritas, à exceção do representante da Vereadora Juliana, todas as demais foram mulheres. Muito legal isso, é uma coisa boa.

Queria só dizer que do que foi protocolado, peço para que a secretaria faça a gentileza de distribuir não só para o presidente da comissão, mas a todos os membros da Comissão de Administração Pública uma cópia do que foi protocolado.

Peço para que os representantes do Governo – acabou o meu tempo – levem a sugestão da proposta do grupo de trabalho feita pelo Vereador Toninho Vespoli e dizer a todos que essa é uma causa que quando eu estava na oposição eu defendia e não é pelo fato de estar na situação que não vou continuar defendendo. (Palmas)

Acho que esse pleito é absolutamente justo, não consigo entender sinceramente porque essa coisa não foi resolvida e não é uma crítica ao PT não, não é isso. Mas, não entendo como isso não foi resolvido nesses quatro anos, apesar de toda a pressão que foi feita. Não sei como era antes porque eu não estava aqui, mas nesses últimos quatro anos foi feita uma pressão bastante grande e sinceramente não consigo compreender. Talvez falem informações suficientes para que se possa justificar essa situação. mas, do que é aparente, não justifica não ter sido... Parece que o impacto orçamentário é pequeno frente ao benefício que pode ser dado.

De qualquer forma, o grupo de trabalho pode atuar e saber exatamente, enfim, que

posição é possível de sair dessa inércia. Você quer falar alguma coisa?

NÃO IDENTIFICADO – Primeiro, foi falado aqui, o Toninho ficou até preocupado em falar da questão de quantas pessoas estão morrendo e estão mesmo. Cada vez que o Marcelo nos passa o número, são 200 pessoas a menos. Eram 7 mil, está em 6.600 pessoas. Então, elas estão morrendo sim, portanto, é só para salientar a importância de sentarmos o quanto breve possível, com uma coisa muito clara. Achei o encaminhamento perfeito, correto, que a gente sente, faça um grupo de trabalho e pense? “O que a gente garante agora dessa verba que tem aqui e o que a gente pode garantir agora?” Porque a gente tem o Plano Plurianual agora para pensar em verba. Tem que ser uma diretriz para se resolver até 2018, 19 e 20. Que a gente resolva tudo isso até lá a partir desse ponto de saída que é de um milhão. Acho que isso está correto, que a gente consiga encaminhar isso, inclusive com o Governo junto, senão não vai acontecer. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Apenas para finalizar, agradecer a presença de todos os convidados presentes, os membros da Mesa, vocês que estiveram aqui nesta manhã discutindo esse tema e me colocar à disposição, assim como os demais que estiveram presentes.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a nossa audiência pública.